Copyright © 2010 Editora Manole Ltda., por meio de contrato com os autores.

Este livro contempla as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil.

Projeto gráfico e diagramação: Departamento editorial da Editora Manole
Capa: Heloisa Hernandes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Teoria e prática do turismo no espaço rural / Organizadores Eurico de Oliveira Santos, Marcelino de Souza. -- Barueri, SP: Manole, 2010.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-204-2950-1

1. Desenvolvimento rural 2. Desenvolvimento sustentável
3. Ecoturismo 4. Turismo rural
I. Santos, Eurico de Oliveira. II. Souza, Marcelino de.

10-00482 CDD-338.4791

Índices para catálogo sistemático:
1. Turismo rural : Economia 338.4791

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida,
por qualquer processo, sem a permissão expressa dos editores.
É proibida a reprodução por xerox.
A Editora Manole é filiada à ABDR – Associação Brasileira de Direitos Reprográficos.

1ª edição – 2010

Editora Manole Ltda.
Av. Ceci, 672 – Tamboré
06460-120 – Barueri – SP – Brasil
Tel.: (11) 4196-6000 – Fax: (11) 4196-6021
www.manole.com.br
info@manole.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

Sobre os organizadores ix
Sobre os colaboradores xi
Prefácio xxi
Apresentação xxv
Introdução xxix

Parte I – Conceituação

1 | Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias 02
Olga Tulik

2 | Potencialidades do turismo no espaço rural: desenvolvimento, conceitos e tipologia 23
José Geraldo Fernandes de Araújo

3 | A sedução do turismo no espaço rural: das naturezas e políticas 33
Maria Geralda de Almeida

4 | Novas ruralidades: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea 47
Elvis Albert Robe Wandscheer e Andressa Ramos Teixeira

Parte II – Políticas públicas

5 | Políticas públicas de turismo rural:

6 | O turismo e o Estatuto da Terra 80
Dario Luiz Dias Paixão e Luiz Alberto Pereira Paixão

Parte III – Preservação, patrimônio e meio ambiente

7 | Turismo no espaço rural e preservação do patrimônio, da paisagem e da cultura 96
Patrícia Marasca Fucks e Marcelino de Souza

8 | Turismo comunitário rural inclusivo como responsabilidade ética e moral da sociedade 109
Yolanda Flores e Silva e Marcos Arnhold Junior

9 | Turismo rural e sustentabilidade: dimensões de avaliação e perspectivas 124
Marcia de Fatima Inacio

10 | Impactos e monitoramento ambiental em empreendimentos turísticos no espaço rural 137
Anderson Pereira Portuguez e Juliano Pavesi Peixoto

11 | Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural 150
Ivo Elesbão

Parte IV – Projeto, prática e comercialização do turismo no espaço rural

12 | Implantação e estruturação de empreendimentos de turismo no espaço rural: roteiro para elaboração de projetos 170
Fábio Morais Hosken

13 | Empreendedorismo e turismo rural: a experiência na Fazenda Palomas (RS) 195
Atilio Duarte Ibargoyen

14 | Inteligência comercial para os produtos de turismo nos espaços rural e natural 209
Adonis Zimmermann

Parte V – Temas emergentes

15 | Acessiblidade no espaço rural 224
Rosalia Holzschuh Fresteiro

16 | Mulher, turismo e desenvolvimento rural: o trabalho feminino na atividade turística 243
Raquel Lunardi

17 | Inovação no planejamento do turismo e da hospitalidade no espaço rural 259
Rosislene de Fátima Fontana

Parte VI – Casos

18 | Evolução de renda, emprego e salários nas propriedades rurais na metade sul do Rio Grande do Sul 276
Eurico de Oliveira Santos, Marcelo Ribeiro, Hugo Anibal González Vela e Carlos Ernesto González Esquivel

19 | Turismo e suas interações nas transformações do espaço rural... 283
Christian Eduardo Henríquez Zuñiga, Talita Cristina Zechner, Carlos Alberto Cioce Sampaio e Valdinho Pellin

20 | Turismo rural e novo modelo de gestão pública em Minas Gerais 297
Carlos Eduardo Oliveira Bovo

21 | Políticas públicas de turismo no espaço rural e desenvolvimento local em Gravatá (PE) 312
Margarita de Cássia Viana Rodrigues

22 | Turismo, globalização e participação local: estudo de caso da comunidade Aver-o-mar (PE) 331
José Ferreira Irmão e Itamar José Dias e Cordeiro

23 | Turismo rural: uma experiência na cidade de Porto Alegre 343
Helena Charko Ribeiro

Índice Remissivo 353

7

TURISMO NO ESPAÇO RURAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, DA PAISAGEM E DA CULTURA

Patrícia Marasca Fucks
Marcelino de Souza

INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda a temática do turismo tendo como recorte geográfico o espaço rural brasileiro, cenário no qual se evidenciam os aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio, da paisagem e da cultura, que permeiam o universo do turista e do empreendedor rural. Trata-se de elucidar as possíveis contribuições obtidas pela população urbana e rural, a partir do uso do patrimônio cultural rural como recurso turístico e educativo que alicerça a atividade do turismo rural.

Desde que o modelo econômico de desenvolvimento industrial e o processo de globalização passaram a nortear a sociedade brasileira, houve mudanças significativas no comportamento das pessoas, no modo como elas se relacionam entre si, com o trabalho e com o capital, e na percepção dos seus próprios valores, das suas necessidades e dos seus costumes. Isso determinou um ritmo mais acelerado aos padrões de consumo, ao modo de vida e de trabalho, tanto na área urbana quanto na rural.

Nas áreas urbanizadas, cresceram as necessidades de rompimento temporário da rotina, de ampliação do intercâmbio cultural, dos níveis de realização pessoal, entretenimento e descanso, na busca do equilíbrio psicofisiológico e do aprendizado, com base no conhecimento de novos lugares e na experiência de vida e de trabalho do local.

Além dessas contribuições à melhoria da qualidade de vida da população urbana, as atividades de turismo e lazer possibilitam encarar aquele tempo em que não se está trabalhando como um tempo de fruição e aprendizado, na medida em que utilizam o patrimônio como recurso turístico e educativo.

A demanda gerada a partir dessas motivações e expectativas mostrou que os recursos existentes nas propriedades – que, até então, estavam voltados unicamente a atender as necessidades do setor primário da economia nas atividades da agricultura e da pecuária – eram passíveis de aproveitamento turístico. Atualmente, "há o entendimento de que é possível abrigar nesse espaço também o oferecimento de serviços e a produção de bens não agrícolas" (Blos, 2000, p.199).

Quanto aos empreendedores que tomam a iniciativa de receber o turista na propriedade, sabe-se que uma atividade não agrícola, como o turismo rural, é capaz de gerar muitas incertezas, pois o retorno dos investimentos é previsto a longo prazo, especialmente no empreendimento de cunho familiar. Além disso, há que se pensar nas mudanças com relação aos usos do solo e à funcionalidade da exploração agrícola sujeita a secundarizar a produção primária e a agregar a esta a produção de outros bens e serviços para novos mercados. Há necessidade também de considerar-se as capacitações e ocupações dos que nela trabalham e a relativa perda de privacidade familiar nos ambientes compartilhados com os turistas. Ainda assim, o turismo rural veio a despertar o interesse de muitas famílias enquanto opção econômica para geração de renda no lugar, partindo-se do aproveitamento do patrimônio de recursos existente. Entre as motivações para a adesão dos agricultores está o fato de o trabalho, tradicionalmente realizado no campo, nem sempre prover o capital e os recursos necessários para uma produção econômica eficiente, a manutenção da infraestrutura da propriedade, a preservação do patrimônio, o sustento digno da família e sua permanência no meio rural.

Sabe-se que a partir dos anos de 1950, no Brasil, com a industrialização e a modernização tecnológica do campo, o setor da agricultura foi atingido por uma crise que deixou profundas marcas na infraestrutura, na geração de emprego e de renda no campo. Contudo, as pesquisas nesse segmento, como o estudo de caso da Fazenda do Sobrado, em São Lourenço do Sul (Fucks, 2003),

e do roteiro Caminhos de Pedra, em Bento Gonçalves (Silva, 2002), demonstraram que as famílias rurais obtêm do turismo não apenas a complementação da renda agropecuária, mas também a possibilidade de melhorias nas condições de vida e de trabalho, ao ampliarem-se os níveis de sociabilidade e o espaço de atuação e participação das pessoas envolvidas. De fato, o turismo contribui para a reestruturação e o resgate dos papéis dos indivíduos, no âmbito da família e da sociedade, à medida que oportuniza novas ocupações, postos de trabalho e novas formas de inserção social.

Dessa forma, surgem novas oportunidades de aproveitamento do patrimônio de recursos do meio rural, cujos bens agregam importantes elementos sob o ponto de vista histórico, étnico, cultural e socioeconômico. A apropriação desse patrimônio pelo turismo, que transforma e qualifica os recursos como atrativos turísticos, é algo que interessa tanto aos empreendedores rurais quanto ao público visitante. A partir da movimentação de pessoas e de capital, o turismo gera, na propriedade, o consumo de produtos de artesanato ou alimentícios (agroindustrializados de forma caseira ou *in natura*), a vivência de aspectos intangíveis concernentes à ruralidade (história, cultura e construções típicas do lugar, costumes, modo de vida, saberes e fazeres), à natureza (paisagem, ar puro, clima) e de serviços (hospedagem, alimentação, entretenimento e lazer).

Sendo assim, entende-se que o turismo rural enseja alternativas para revitalização da propriedade e reinserção social no campo.

Expectativas, atrativos e demandas específicas do turismo cultural rural

Um aspecto importante para a compreensão do turismo no espaço rural é a identificação dos fatores que colaboram para o sucesso ou não dessa atividade. No Brasil, há ainda muitas dificuldades tanto para aquele que se propõe à prestação dos serviços e à oferta de bens e produtos identificados com o turismo rural quanto para o público que usufrui desses atrativos.

No que diz respeito aos turistas, visitantes ou excursionistas, ainda são precárias e incipientes as condições para que tal público aventure-se na atividade, pois as informações que se tem em mãos são fragmentadas. O produto turístico rural de fato vem sendo comercializado; basta analisar a qualidade de fôlderes turísticos e informativos eletrônicos que mostram os atrativos de um empreendimento isoladamente ou agrupados em roteiros. Contudo, muitas vezes percebe-se um grande distanciamento entre os atrativos comercializados e o rol daqueles que realmente são encontrados à disposição nas localidades.

Não se imagina que seja fácil e imediata a construção de um instrumento eficaz para cadastro nacional dos empreendimentos de natureza familiar ou empresarial, ainda que exista, como referência, a experiência de países europeus como Portugal, Itália e França; mas é algo fundamental.

Tais preocupações foram apontadas, já em 1998, pelos participantes do Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável (Citurdes). Como importante medida para o ordenamento e sistematização do turismo, no espaço rural brasileiro, foi destacada na Carta de Santa Maria, a importância da criação de um cadastro brasileiro, do fortalecimento e integração entre os agentes institucionais, governamentais e privados, bem como de programas e políticas para motivação desse setor (Grupo Turismo e Desenvolvimento).

Passada uma década, ainda há carência de dados atualizados e sistematizados, compondo um rol de informações turísticas do espaço rural, que seja inteligível e ágil para o público. É preciso que o turista, antes mesmo da escolha do destino e do seu deslocamento até ele, tenha informações sobre quais são os empreendimentos em atividade; as condições e a tipologia de serviços oferecidos; os elementos atrativos que compõem a sua oferta e o período em que eles estão em disponibilidade.

Em se tratando da atratividade do território, vale lembrar que ao "lado dos elementos da oferta turística do meio rural, são igualmente centrais o alojamento, a restauração, as facilidades de acesso e circulação, serviços de informação e acompanhamento" (Cavaco, 2006, p.73).

Outrossim, ao estimular a visitação à propriedade, deve-se estabelecer relações entre esses atrativos e as demais festividades e atrações dos municípios a fim de prolongar a permanência do visitante no lugar. Sobretudo nas pequenas localidades do interior, cabe o questionamento feito por Cavaco (2006, p.63) se teria sentido e seria operativo "considerar qualquer regionalização do turismo limitada apenas às ofertas de turismo em espaço rural, separadas das atrações urbanas".

Sabe-se que a avaliação do produto turístico, isto é, dos espaços, elementos ou manifestações culturais, tornados atrativos e comercializados pelos turistas, tais como paisagens, eventos, sítios naturais ou patrimônios culturais (materiais ou imateriais), conforme Gouirand e Saeer apud Cavaco (2006), depende, em grande parte, da informação disponibilizada *a priori*.

Quando se trata especificamente do turismo cultural no meio rural, tem-se o foco dirigido para um determinado público, interessado no intercâmbio cultural, no conhecimento mais aprofundado relativo à história e às diversas manifestações da cultura do lugar, como a gastronomia, as len-

das, a música, o folclore, o artesanato, os costumes, os saberes e os fazeres, o modo de vida e as construções rurais.

Nesse sentido, o turismo rural não se identifica com o turismo de massa, mas, como expõe Cavaco (2006, p.71), com

> segmentos e mesmo nichos de mercado: visitas em família ou com amigos, sensíveis a tratamentos personalizados e interativos, clientelas que apreciam e até exigem o conhecimento das realidades geográficas e socioculturais locais, contatos com as comunidades residentes e alguma integração nos seus quotidianos, apesar das permanências curtas.

A motivação que ocasiona o deslocamento do turista ao mundo rural está ligada ao imaginário rural dos urbanos e à busca por espaços com valores ecológicos, simbólicos e culturais a apreciar, bem como por lugares autênticos, com belas paisagens, com níveis mais baixos de poluição, ruídos e agitação que as cidades, no intuito de resgatar a nostalgia da vida próxima à natureza, a memória e as raízes históricas no passado, de obter novas experiências e conhecimentos.

Essa expectativa do público encontra-se mais facilmente acolhida em propostas de empreendimentos turísticos que tenham uma oferta de produtos e serviços de caráter genuinamente rural, isto é, cujos atrativos identifiquem-se com as características locais e regionais, quanto aos seus aspectos étnicos formadores e histórico-culturais, e incluam como valor o patrimônio rural a preservar:

- as paisagens culturais regionalizadas[1] a contemplar, formadas a partir da mescla de elementos geográficos naturais com outros resultantes da ação antrópica e dos assentamentos humanos, conforme apresentados na Figura 7.1;
- o modo de vida e de trabalho, o que proporciona ao turista o acompanhamento ou a participação ativa nas lides campeiras e a vivência de experiências autênticas no dia a dia do campo;

[1] Conforme Boullón (1997), paisagem é uma qualificação estética atribuída ao conjunto de elementos que constituem o meio ambiente natural, cujos componentes básicos são o solo com seus diferentes tipos de relevo (montanhas, desertos, serras, coxilhas, planícies, vales, cânions), as águas em suas distintas configurações (oceanos, mares, rios, lagos, represas, açudes, cascatas), o clima (temperatura, ventos, chuvas, umidade) e os organismos vivos (homem, flora, fauna).

- a gastronomia típica regional a degustar;
- as manifestações materiais e imateriais da cultura rural a apreciar (música, linguajar, lendas, costumes, saberes, fazeres, patrimônio arquitetônico);
- as instalações destinadas à prestação dos serviços que devem ser compatibilizadas com a escala e a natureza rural do lugar, sem abrir mão do conforto, da estética e da qualidade no atendimento.

Tratando-se do turismo rural, a oferta natural da localidade (ar puro, tranquilidade, recursos da flora e da fauna, atividades relacionadas à oferta aquática e agropecuária, incluindo-se as configurações regionais ligadas à topografia e ao clima) assume papel relevante na organização do produto turístico rural. Segundo Almeida et al. (2000), uma das maiores particularidades que lhe cabe é justamente a ruralidade, ou seja, as características inerentes ao ambiente rural com sua cultura e *modus vivendi*, a arquitetura produzida, suas paisagens e demais bens não materiais, que, embora não tenham sido produzidos especificamente para os turistas, são consumidos por eles.

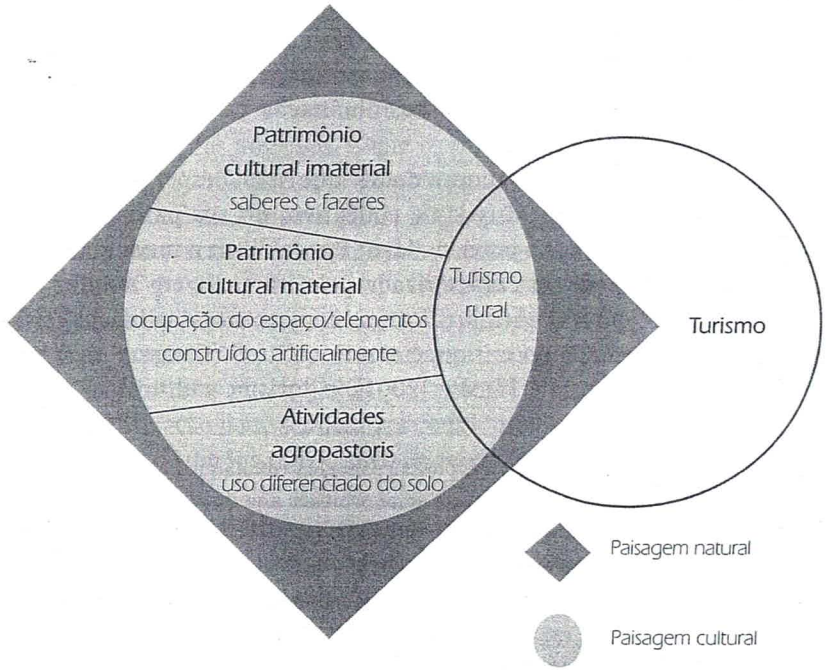

FIGURA 7.1 | Esquema ilustrativo dos atrativos rurais e da segmentação do turismo

Fonte: Adaptada de Fucks (2005)

A apropriação do patrimônio, da paisagem e da cultura pelo turismo rural

O ambiente a ser apropriado pelo turismo pode referir-se tanto ao ambiente natural quanto ao sociocultural, como expõe Rodrigues (1997). Ainda que os recursos empregados na construção desses espaços – natureza e cultura, respectivamente – apresentem-se indissociados na paisagem,[2] é possível conceber distintamente, segundo Barretto (2000), as noções de patrimônio natural e cultural[3].

A noção de patrimônio cultural abrange tanto os bens tangíveis (materiais) como os intangíveis (imateriais), abarcando desde as manifestações artísticas até os saberes e fazeres produzidos historicamente pelo homem (Barretto, 2000). Sendo assim, engloba os modos de vida, as relações humanas e de produção, as representações do passado e do presente, a ciência, a sabedoria popular, a história, o artesanato, o vestuário nativo, a culinária e gastronomia, as moradias e arquiteturas típicas, os costumes e as particularidades da vida folclórica, das festas típicas e demais manifestações artístico-culturais da localidade ou região.

Independentemente de serem materiais ou imateriais, "as construções culturais são parte de um uníssono de experiências históricas, vividas de forma integrada, portanto, dinâmicas no tempo" (Meneses, 2004, p.20).

Ainda existem muitas comunidades que não despertaram para a utilização, como recurso turístico e educativo, do seu patrimônio cultural, desconhecendo a sua potencialidade de viabilizar o turismo cultural. Basicamente, ele pode ser caracterizado pelo interesse em manter contato com outros povos, outras culturas, monumentos artísticos, sítios arqueológicos, visando ao enriquecimento cultural (Campos e Gonçalves, 1998). Para Funari e Pinsky (2001), o turismo cultural efetiva-se

[2] Já em 1972, "a Unesco admitira a expressão paisagens culturais para caracterizar as interações entre o homem e o ambiente natural, somando aspectos da construção humana que permanecem em certas comunidades", o que propicia uma maior compreensão, evitando a dicotomia entre patrimônio natural e cultural (Azevedo, 1998, p.153).

[3] O patrimônio natural refere-se aos recursos da natureza, incluindo todas as fontes de riquezas materiais que existem em estado natural (florestas, reservas minerais etc.). O patrimônio cultural, por sua vez, pode ser, hoje, definido como "o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças, formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade", conforme Barretto (2000, p.11).

quando da apropriação de algo que pode ser caracterizado como bem cultural[4].

Segundo Boullón (1997), com frequência, o produto turístico é tratado como algo abstrato, visto que, no momento em que se investe em um destino turístico e "compra-se" a viagem, não se pode antever concretamente aquilo que se adquiriu.

Assim, para favorecer a compreensão do bem cultural, a ser visto e usufruído durante a visita *in loco*, é importante que se dê a conhecer, antecipadamente, as características mais marcantes do bem cultural ou do lugar. Dessa forma, desperta-se a curiosidade, como se tal patrimônio fosse uma insígnia a ser desvendada, criando a necessidade de interação com o bem patrimonial. Isso é particularmente significativo no caso dos bens culturais materiais imóveis, como o patrimônio edificado, cuja apreciação depende da aproximação do visitante ou turista.

Sob o ponto de vista antropológico, os remanescentes arquitetônicos são um produto cultural na medida em que se apresentam como evidências materiais ou testemunhos de experiências vividas, individual ou coletivamente. São um referencial ou marco histórico-cultural, capaz de reter em si uma série de informações (conteúdo formal, social, psicológico, histórico) e evocar sentimentos, conforme Colin (2000).

Nessa perspectiva, o turismo rural não pode prescindir da "interpretação imaginativa dos atrativos, o que os torna informativos e interessantes aos visitantes". A interpretação de pontos do patrimônio, segundo a organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p.74,76), "inclui técnicas muito variadas, como serviços de guias convencionais, apresentações audiovisuais, shows de som e de luz, exposições interativas, reencenação de lugares e eventos históricos, utilização de plataformas de observação" (passarelas, mirantes), além de placas informativas junto ao patrimônio ou ao longo dos percursos autoguiados (percorrendo trilhas a pé ou a cavalo).

A interpretação pode ser definida como "um processo de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio da provisão de informações e representações que realcem a sua história e suas características culturais e ambientais". A interpretação valoriza não apenas o bem patrimonial, mas também a experiência do turista, que pode melhor apreciá-lo e conhecê-lo. "O objetivo

[4] É bastante diversificado o universo pertinente aos bens culturais, em que se incluem tanto os bens imóveis (núcleos urbanos, bens individuais, sítios arqueológicos e paisagísticos) como os bens móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).

geral é, portanto, aumentar a compreensão pública do tema ou do ambiente, induzindo atitudes de respeito e proteção", como concluem as autoras Murta e Goodey (1995, p.19-20).

Sobretudo, "mais que informar, a interpretação tem como objetivo convencer as pessoas do valor do seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo" (Murta e Albano, 2002, p.10). Ela desempenha importante papel na sociedade, visto que "é difícil não proteger aquilo cujo valor se conhece", como expõe Maestri (2001, p.24). Em reforço à ideia, cabe resgatar a histórica afirmação de Tilden (1967) apud Murta e Goodey (1995, p.20): "através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação, e através da apreciação, a proteção".

Antes de tudo, a interpretação dos lugares, do seu patrimônio, dos seus saberes e fazeres culturais, "é um instrumento de comunicação com o morador, o visitante e o turista", transmitindo mensagens, despertando emoções e suscitando a reflexão. Em suma, concluem as autoras: "investir em interpretação significa agregar valor ao produto turístico" (Murta e Albano, 2002, p.10).

De fato, reconhece-se que a sustentabilidade de qualquer atrativo é dada "pela possibilidade de nele se incorporar amplos significados", como expõe Meneses (2004, p.23). Uma vez que haja superficialidade na fruição do atrativo e ele seja tomado apenas como uma peça de curiosidade momentânea, diferente ou exótica, sem contextualizá-lo em relação à cultura visitada e à história local, corre-se o risco de que o turista o compreenda como mais um momento de consumo material que, em pouco tempo, será esquecido.

Assim, de acordo com Meneses (2004, p.20):

> o cotidiano local, mais que estimulador de curiosidade, é elemento problematizador do objeto que se quer fruir, e as intermediações que se fazem entre a cultura passada e o cotidiano é o que possibilita o entendimento, a contextualização instigante e a memorização prazerosa.

Atualmente, orienta-se para que o planejamento dos atrativos naturais e históricos seja feito considerando-se não apenas a conservação, mas também a interpretação do patrimônio ambiental e cultural da área, para que tanto os residentes quanto os turistas apreciem tais atrativos (OMT, 2003).

O turismo rural pode desempenhar importante função nesse processo, já que estimula os visitantes e/ou turistas a se deslocarem para o meio rural, onde podem interagir com o patrimônio. Dessa forma, motiva seus

proprietários e/ou ocupantes a conservá-lo e requalificá-lo, atribuindo-lhe outros significados, valorizando-o e propondo outros usos para as velhas técnicas, construções e equipamentos. Isso surge como oportunidade para a captação de recursos vitais para a conservação dos bens culturais e a manutenção da infraestrutura da propriedade. O turismo rural, portanto, presta relevante contribuição à preservação do patrimônio, partindo-se da valorização da cultura, da memória e dos arranjos produtivos dos lugares, com suas singularidades.

A paisagem cultural como componente da oferta turística rural

A crescente demanda turística pelo rural está permeada pela percepção humana das paisagens que representam esses ambientes. Segundo Pires (2001, p.117), "a atratividade das paisagens rurais é devida ao legado da humanização dessa mesma natureza", por meio de atividades agropastoris, explorando de forma diferenciada o solo (uso intensivo, extensivo ou diversificado), e de outros aspectos[5] da ocupação do espaço (estruturas artificiais erigidas pelo homem, processos de mecanização da agricultura, de urbanização e de industrialização, fenômeno turístico), impregnados pela herança sociocultural de seus protagonistas.

A partir do enfoque visual, considera-se que a paisagem é formada pela combinação de numerosos elementos físicos (naturais e artificiais) de um território que mantém relações de interdependência entre si e, por isso, podem ser apreciados em conjunto[6] (Boullón, 1997, p.104).

---

5 Tais aspectos referem-se aos elementos construídos pelo homem para suprir suas necessidades (sobrevivência, abrigo, alimentação, deslocamento, trabalho, produção, armazenamento e beneficiamento, descanso, entretenimento, defesa do território, culto a crenças e tradições), em diferentes períodos. Alguns deles caracterizam a paisagem rural, tais como: obras de engenharia (rodas d'água, moinhos, ferrarias, adegas), instalações e benfeitorias (fornos, estábulos, mangueiras, potreiros, galpões, açudes), pontes e passagens rústicas, estradas e caminhos de terra, cercas e divisores (de vegetação, pedra ou aramado), moradias com estilo arquitetônico peculiar, construções isoladas (escolas, capelas, igrejas, fortificações e cemitérios antigos).

6 A qualidade estética de uma paisagem, conforme Boullón (1997), pode ser analisada a partir de quatro variáveis que formalmente a configuram: a topografia (relevo e morfologia do terreno), a vegetação (original e plantada), o clima (situações atmosféricas perceptíveis) e o habitat (efeitos da ação do homem e condicionantes de habitabilidade do mundo biótico).

Em relação ao turismo rural, pode-se tirar partido da paisagem cultural considerando-se os aspectos regionalizados de um ambiente físico que foi sendo modelado pelo homem com distintos propósitos em cada época, observando-se o possível impacto psíquico que isso poderia causar no visitante (Diaz, 1990, p.29).

Nesse sentido, Mayaudón apud Beni (1998, p.362) referiu-se à influência humana na paisagem, afirmando que "o meio ambiente humano não é um simples conjunto de condições naturais: é a imagem da população que o criou com base em suas crenças, mitos e aspirações".

Entre os vários significados de paisagem, interessa destacar a sua abordagem sob a dimensão cultural, proposta por Jordana apud Pires (2001, p.119), "que considera a paisagem um recurso no sentido humano de sua modificação, em que o homem atua como o seu agente modelador". Assim, as paisagens culturais subsistem como testemunhos ou registros de um passado histórico, sendo resultado da ação humana sobre os ecossistemas naturais e territórios colonizados e da acumulação de informações (cultura, história, sociedade) ao longo do tempo, em um determinado espaço. "Uma fonte riquíssima de dados sobre pessoas e sociedades que as foram modelando", como conclui Pires (2001, p.127).

A partir dessa concepção cultural da paisagem, o território dispõe de uma vultosa riqueza quanto aos seus recursos patrimoniais, segundo Nogué e Font apud Pires (2001), pois "apresenta-se pleno de marcas e registros da passagem pretérita e atual do homem", que nele foi criando ambientes culturais dos mais diversos.

Dessa forma, a paisagem pode ser considerada um elemento substancial do fenômeno turístico, ou seja, "um recurso de grande valor no desenvolvimento e na consolidação da oferta turística" (Pires, 2001, p.127), cujo aproveitamento, como recurso educacional e turístico, é capaz de fomentar o desenvolvimento sustentável, abarcando conjuntamente as esferas econômica, social e cultural.

Considerações finais

De modo geral, quando o assunto é o desenvolvimento turístico local sustentável, preferencialmente o apelo ao turismo deve estar alicerçado nos recursos endógenos disponíveis, a fim de potencializar e multiplicar na comunidade os benefícios oportunizados pela atividade a partir do incremento da renda e das novas ocupações. O sucesso e a consolidação de

experiências autênticas em turismo rural dependem muito da "autenticidade e unicidade da oferta", como expõe Cavaco (2006, p.67).

Isso vem sendo constatado em pesquisas, como o estudo de caso da Fazenda do Sobrado (Fucks, 2003), o qual demonstrou que a estruturação e a sustentabilidade da atividade turística, empreendidas na propriedade, surgiram como resultado das relações de interdependência e complementaridade entre turismo e agricultura; das iniciativas arroladas pelos empreendedores para diversificação da oferta turística e manutenção da qualidade do ambiente (natural, paisagístico e patrimonial).

Muito embora a agricultura, o patrimônio e os demais recursos paisagísticos do meio rural tenham contracenado em um mesmo espaço, apenas recentemente foram tomados em associação de forma intencional e gradativa pelo turismo. Isso surge como resposta à busca de novas alternativas de vida: preponderantemente de caráter econômico, por parte das famílias rurais empreendedoras e de caráter sociocultural e recreativo por parte da demanda (turistas rurais).

Na atualidade, o patrimônio arquitetônico rural, pouco a pouco, também vem assumindo maior valoração na sociedade contemporânea, considerando-se os aspectos histórico-culturais e estéticos a ele concernentes, bem como as contribuições socioeconômicas decorrentes do seu aproveitamento. Assim, o reconhecimento das suas potencialidades e a sua consequente valorização, enquanto manifestação da cultura material dos povos (valor histórico) ou objeto de consumo da sociedade (valor econômico) – que se observa quando o seu uso tem a perspectiva de suprir necessidades de ordem prática (valor funcional) ou de satisfação da demanda turística (valor atrativo turístico) – frequentemente se apresentam como motivadores da sua conservação e/ou preservação.

Referências

ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (Orgs.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Papirus, 2000. 190p.

AZEVEDO, J. Turismo, cultura, patrimônio. In: CORIOLANO, L.N.M.T. (Org.). *Turismo com ética*. Fortaleza: Uece, 1998, p.148-62.

BARRETTO, M. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas: Papirus, 2000. 96p. (Coleção Turismo)

BENI, M.C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 1998. 427p.

BLOS, W. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (Orgs.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: Edusc, 2000, p.199-222.

BORGES, G.C. *Turismo eqüestre*. Brasília: Sebrae/DF, 1999. 74p. (Série Turismo rural)

BOULLÓN, R.C. *Planificación del espacio turístico*. 3.ed. México: Trillas, 1997. 245p. (Série Trillas Turismo)
CAMPOS, L.C. de A.M.; GONÇALVES, M.H.B. *Introdução ao turismo e hotelaria*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998. 112p.
CAVACO, C. Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta. In: ALMEIDA, J.A.; SOUZA, M. de (Orgs.). *Turismo rural: patrimônio, cultura e* legislação. Santa Maria: Facos/UFSM, 2006, p.63-104.
COLIN, S. *Uma introdução à arquitetura*. Rio de Janeiro: Uapê, 2000. 194p.
DIAZ, E.A.H. *Proyectos turísticos: formulación y evaluación*. México: Trillas, 1990. 211p. (Série Trillas Turismo)
FUCKS, P.M. *O patrimônio arquitetônico como atrativo turístico da Fazenda do Sobrado, São Lourenço do Sul (RS)*. Santa Maria, 2003. 175f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria/CCR/CPGExR.
_____. *Turismo, agricultura e patrimônio*. Santa Maria: Facos, 2005. 190p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n.5)
FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (Orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001. 103p.
MAESTRI, M. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana no Brasil - o caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001. 248p.
MENESES, J.N.C. *História e turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 128p. (Coleção História & Reflexões)
MURTA, S.M.; ALBANO, C. (Orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG/Território Brasilis, 2002. 288p.
MURTA, S.M.; GOODEY, B. *A interpretação do patrimônio para o turismo sustentado: um guia*. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 1995. 113p.
[OMT] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.
PIRES, P. dos S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2001, p.117-132.
ROCHA, R. de F. *Sítio de recreação*. Brasília: Sebrae/DF, 2000. 65p. (Série Turismo rural)
RODRIGUES, A.M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.42-54.
SCHNEIDER, S.; FIALHO, M.A.V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (Orgs.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: Edusc, 2000, p.15-50.
SILVA, J.G.; VILARINHO, C.; DALE, P.J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (Org.) *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria: UFSM, 2000, p.15-62.
SILVA, M.F. *Caminhos de pedra: família, comunidade e turismo rural - Distrito de São Pedro, Bento Gonçalves (RS)*. Santa Maria: Facos, 2002. 157p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n.3)

Sites consultados

Grupo Turismo e Desenvolvimento. Disponível em:http://www.ufsm.br/turismorural. Acessado em: 30 jan. 2009.

8

Turismo comunitário rural inclusivo como responsabilidade ética e moral da sociedade[1]

Yolanda Flores e Silva
Marcos Arnhold Junior

Turismo e ética: algumas considerações

A importância do estudo dos aspectos éticos no desenvolvimento do formato das atividades turísticas no espaço rural agrícola e de pesca, seja em Santa Catarina, seja no interior do Ceará, dá-se pelo fato de o turismo ser uma atividade extremamente negativa se no seu planejamento não forem consideradas todas as particularidades do local e de seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. A intensa presença do fenô-

[1] Esta é uma versão modificada do texto "Turismo ético e inclusivo: construções culturais, conflitos e tensões na gestão de uma rede de agroturismo em Santa Rosa de Lima - SC/Brasil" apresentada pelos autores no IX Colóquio Internacional de Geocrítica em Porto Alegre, de 28 de maio a 1 de junho de 2007. Na primeira versão, a discussão ética sobre as construções culturais e transformações se concentram no município de SRL, local de pesquisa dos autores para realização de investigação com financiamento do CNPq e a elaboração da dissertação de mestrado de Marcos Arnhold Junior.